

REVOLUÇÃO FEDERALISTA (1893 – 1895)

Federalist Revolution (1893 – 1895)

Sérgio Antônio Heinrich¹

Resumo: O presente artigo trata da Revolução Federalista, conhecida como a Revolução da Degola, sendo o maior desafio enfrentado pela recém-república do Brasil. Através de pesquisa bibliográfica abordamos as causas e consequências deste conflito, buscando, no fim do Império de Dom Pedro II, estes elementos iniciais deste processo. Os principais personagens, Gaspar Silveira Martins, Julio de Castilhos, Gumercindo Saraiva, os Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto também são trabalhados, assim como Custódio de Mello e Saldanha da Gama, à frente da Revolta da Armada. O positivismo de Julio de Castilhos e o parlamentarismo de Gaspar Martins, entram em conflito no Rio Grande do Sul, colocando pica-paus e maragatos em uma guerra sangrenta, em que se estima que dez mil pessoas tenham sido mortas. A degola era prática comum, tanto por revolucionários quanto legalistas. Neste artigo ainda é abordado o fim da monarquia e os golpes republicanos que sucederam à destituição do Império, a primeira constituição republicana, a tentativa de golpe do marechal Deodoro da Fonseca em permanecer no poder, o florianismo e a eleição do primeiro presidente civil do Brasil, a quem coube o encerramento da revolução e o início do governo das oligarquias.

Palavras-chave: Revolução Federalista. Império. República.

Abstract: The present article deals with the Federalist Revolution, known as the Revolution of Sticking, Being the Biggest challenge faced for the new Republic of Brazil. Through research bibliographical approach to causes and consequences of this conflict, seeking not D. Empire End Pedro II these elements initial this process. The main characters, Gaspar Silveira Martins, Julio de Castilhos, Gumercindo Saraiva, os Marshals Deodoro da Fonseca and Floriano Peixoto Also are worked, as Custódio de Mello and Saldanha da Gama, ahead of the Revolt of the Armada. Positivism Julio de Castilhos and parliamentarism Gaspar Martins, took the conflict in Rio Grande do Sul, putting woodpeckers and maragatos in a Bloody War, where it is estimated que ten thousand people were killed. The sticking was common practice, both by revolutionary as legalists. This article still and approached the end of the monarchy and Republicans blows que followed the dismissal of the Empire, the first Republican Constitution, one marshal of the coup attempt Deodoro da Fonseca to stay in power, florianismo and the election of the first civilian president of Brazil a who coube the revolution of the closing and the government of the oligarchies home.

Keywords: Federalist Revolution. Empire. Republic.

Introdução

A Revolução Federalista (1893-1895) foi o maior desafio enfrentado pela República, recém-instaurado por um uma junta militar capitaneada pelo Marechal Deodoro da Fonseca, em 15 de novembro de 1889, que destituíra a Monarquia Imperial de Dom Pedro II, substituindo seu poder moderador pela agenda republicana, preconizando o governo através do equilíbrio dos poderes legislativo, judiciário e executivo. A constituição de 1891, republicana, estabelecia o presidencialismo como forma de governo, com eleições diretas a cada quatro anos, quando no início de novembro do mesmo ano, o presidente em exercício tentou um golpe para manter-se no poder, o que foi rechaçado pela Armada, na figura do Almirante Custódio de Mello ameaçando bombardear o Rio de Janeiro. Diante à ameaça, Deodoro renúncia, assumindo seu vice o Marechal Floriano Peixoto, que também não faz o chamamento para eleições conforme estabelecia a constituição e resolve ele próprio continuar o governo de Deodoro, iniciando o que seria chamado de florianismo. A disputa pelo poder era notório e envolvia a elite brasileira.

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSSELVI – Rodovia BR 470 – km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: <www.uniasselvi.com.br>.

No Rio Grande do Sul, Julio de Castilhos, que havia apoiado o golpe de Deodoro da Fonseca fora destituído de seu governo e em seu lugar assumiu uma junta provisória. O embate político no Rio Grande do Sul sempre foi acirrado, e com o retorno de Gaspar Silveira Martins, último presidente da Província do Rio Grande do Sul, que havia sido exilado na França quando da queda do Império. A combinação positivista de Julio de Castilhos com as ideias liberais parlamentarista de Gaspar Silveira Martins, acabaram encontrando na figura de Gumercindo Saraiva o caudilhismo, que via nestes embates uma possibilidade separatista. Em 1893, praticamente toda a Marinha se rebela contra o Governo de Marechal Floriano Peixoto, desencadeando a Revolta da Armada, bem vista pelos federalistas, que se mobilizaram, e logo tomaram Santa Catarina e o Paraná. A Revolução Federalista é marcada pela violência extrema, aplicada de forma mútua, pelas duas frentes, no Rio Grande do Sul eternizada como pica-paus e maragatos. A degola era prática comum, assim como o fuzilamento. Estima-se que dez mil pessoas tenham sido mortas nesta revolução.

Diante desta relevante guerra civil, talvez a maior ocorrida em território brasileiro, faz-nos necessário buscar através da pesquisa bibliográfica mais elementos que possam esclarecer os antecedentes desta guerra, quais foram seus personagens principais hoje imortalizados na história de nossa nação e as consequências que tal evento proporcionou à República.

Causas e o contexto – do império à república

Para um melhor entendimento desta guerra civil, de relevante importância para a construção da história nacional, é necessário abordarmos suas origens encontradas no fim do período monárquico do Brasil, quando o imperador Dom Pedro II, já não fazia mais uso de seu Poder Moderador, deixando a cargo do parlamento os rumos do país. Carvalho (2012, p. 119) lembra que “o imperador cada vez mais se abstinha de usar o Poder Moderador para mudar as situações políticas”. Com o final da Guerra do Paraguai, o Brasil vive um momento de avanços sociais, mesmo que atrasados, como a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885), que acabaram atingindo diretamente os grandes latifundiários, que tinham na mão de obra escrava o motor de sua produção. Segundo Carvalho (2012, p. 111), “O tema mais polêmico e mais importante após a guerra foi, no entanto, o da abolição”. Outro evento importante, que acabara contribuindo para o enfraquecimento da monarquia, foi a reforma eleitoral de 1881:

Por fim, a reforma política eleitoral conduzida pelo conselheiro José Antônio Saraiva em 1881 estabeleceu pela primeira vez o voto direto para as eleições legislativas, acabando a distinção entre votantes e eleitores. Em contrapartida, excluiu os analfabetos. Como resultado, o percentual de votantes, que tinha sido de 10,8% do total da população em 1872, caiu para 0,8% em 1886. Havia casos em que deputados se elegiam com pouco mais de uma centena de votos. (GOMES, 2013, p. 109).

A crise na monarquia estava instaurada, a participação popular na política estava ainda mais restrita, e as ideias e ideais republicanos começaram a se espalhar na mídia da época, despertando a simpatia dos grandes latifundiários que se sentiam prejudicados pela política abolicionista arquitetada ou consentida pelo império.

O fato é que, até o final da década de 1870, organizaram-se três focos separados de oposição ao império: abolicionista, republicanos e o exército. Enquanto isso, o monarca afastava-se cada vez mais da política. Data esta época uma verdadeira voga de caricaturas ironizando sua inação. Chamado de Pedro Banana e Pedro Caju, o imperador passava a ser ridicularizado por conta do modo como encarava os negócios de

estado, ou de suas indecisões, cada vez mais públicas, que lhe valeram a alcunha de Emperrador. Desde os anos de 1850 a imprensa era livre no Brasil, sendo o próprio soberano alvo constante de ataques. (SCHWARCZ, 2015, p. 302).

A corrupção era prática normal na época imperial, assim como as eleições arranjadas e manipuladas. O imperador distribuía títulos de nobreza e gozava de seu liberalismo. Segundo Flores (1993, p. 95) “O liberalismo, que governava no último ministério monárquico, era tido como um modelo de desigualdade, autoritário e que não contribuiu para a lenta emancipação dos escravos, por não admitir a intervenção do estado na propriedade”.

A conspiração militar caminhou rapidamente. Jovens militares, comandados por Benjamim Constant, conseguiram convencer o marechal Deodoro a liderar o movimento com os argumentos de que o governo queria retirar as tropas do Exército da capital e fortalecer a Guarda Nacional e a polícia. [...] O golpe estava marcado para o dia 17, mas alguns oficiais o precipitaram espelhando nas guarnições boatos de que o governo mandara prender Deodoro e Benjamim e que tropas da Guarda Nacional, da polícia e da Guarda Negra atacariam os quartéis. [...] Na madrugada do dia 15, cerca de seiscientos militares congregaram-se no Campo de Santana, em frente ao quartel general do Exército. Deodoro, recuperado de um ataque de asma. [...] Aproximadamente às 9 horas, Deodoro, foi admitido ao quartel onde se achava o presidente do Conselho de Ministros, visconde de Ouro Preto. [...] Por fim declarou o ministério deposto. (CARVALHO, 2012, p. 127).

Com o ministério deposto, a família imperial foi intimada a deixar o país na madrugada do dia 17. A monarquia caiu, o imperador e sua família expulsos. Estava estabelecida a República, tendo o marechal Deodoro da Fonseca à frente da junta interventora, junto com Floriano Peixoto, Benjamim Constant, Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva e Campos Sales.

Figura 1. Dom Pedro II sendo avisado de sua destituição



Fonte: Disponível em: <<http://international.loc.gov/intldl/brhtml/br-1/br-1-6.html>>. Acesso em: 10 maio 2016.

Embora estes acontecimentos tenham entendimentos diferentes na historiografia, iniciou-se uma nova fase, com influência do positivismo, quando após diversos decretos visando suprimir evidências monárquicas, o estado cria uma nova constituição (1891), que entre as mudanças mais relevantes está a ruptura com a igreja na forma de governo, passando a ser o estado laico, porém garantindo a liberdade da prática religiosa. Manteve o mesmo entendimento do voto que existia no império, onde “só seriam considerados eleitores os brasileiros, adultos, do sexo masculino, que soubessem ler e escrever. Além dos votos das mulheres, estavam proibidos o voto dos mendigos, dos soldados, praças e sargentos [...]”. (SCHWARCZ, 2015, p. 320). O regime presidencialista colocava o presidente da república como chefe do executivo, com previsão de eleições a cada quatro anos sem direito à reeleição. As províncias passaram a se chamar estados, e tinham autonomia de escolher seu governador e deputados, podendo tomar decisões e legislar sobre diversos temas, inclusive sua própria constituição, desde que subordinadas à constituição federal.

A república acabou criando um governo ainda mais autoritário do que o antigo regime imperial, estreitando ainda mais o acesso da população, o que acabava privilegiando poucos, favorecendo a uma elite.

A doutrina positivista, baseada nas ideias do francês Auguste Comte, teve uma influência muito grande no Brasil do século passado. Junto aos militares essa influência era marcante, basta lembrar que o lema ‘Ordem e Progresso’, existente em nossa bandeira, é um postulado positivista. Os positivistas não acreditavam no sufrágio universal, na democracia representativa; para eles, uma elite intelectualizada deveria comandar o país, ou seja, o poder pertenceria a quem possuísse o saber. Para eles, a sociedade deve ser dirigida pelos que possuem o espírito científico, de sorte que a política é um direito dos sábios, e sua aplicação, uma tarefa de técnicos ou administradores competentes. (CHAUÍ apud MOCELLIN, 1989, p. 9).

A república e a revolta da armada

O Marechal Deodoro da Fonseca, com problemas de saúde e já com idade avançada, resolveu por conta própria dar seguimento nas reformas pretendidas não respeitando o que havia sido definido na Constituição de 1891, que seria o chamamento para eleições.

No chamado Golpe de Três de Novembro, três semanas antes da renúncia, Deodoro mandara publicar dois decretos que, na prática, colocavam o país sob o tacão da ditadura militar. O primeiro dissolvia o Congresso. O segundo instaurava o estado de sítio, pelo qual ficavam suspensas todas as disposições da nova Constituição republicana relativas aos direitos individuais e políticos. A partir daquele momento, qualquer pessoa poderia ser presa sem direito a *habeas corpus* ou defesa prévia. Forças militares cercaram os edifícios da Câmara e do Senado. Vários opositores foram presos, incluindo Quintino Bocaiuva e outros republicanos civis que na manhã de 15 de novembro estiveram ao lado do marechal no momento de derrubar a monarquia. (GOMES, 2013, p. 346).

Todos os governadores da república apoiaram o golpe de Deodoro, com exceção do governador do Pará, Lauro Sodré. Importante mencionar, a fim de melhor situar a conexão com a Revolução Federalista, que o Governador do Rio Grande do Sul, o positivista Julio de Castilhos, apoiou o golpe, e como represália foi deposto, e uma junta administrativa assumiu o governo gaúcho provisoriamente.

Diante do cenário de golpe, uma séria de protestos e rebeliões ocorreram no país, no entanto, foi na Marinha brasileira, simpática ao regime monárquico e que até então nunca havia se alinhado às novas concepções políticas à reação e estabelecimento da constituição. “Na manhã de 23 de novembro, o almirante Custódio de José de Mello ameaçou bombardear a cidade caso Deodoro não voltasse atrás em suas decisões. O impasse durou algumas horas, sem que um só tiro fosse disparado”. (GOMES, 2013, p. 346). A ameaça iminente de bombardear do Rio de Janeiro força o marechal a renunciar, e o vice-presidente, marechal Floriano Peixoto assume o cargo, com a promessa de convocar novas eleições.

O poder parece transformar as pessoas que o utilizam, pois o marechal também não convocou eleições e um novo golpe fora aplicado. Iniciava neste período o que ficou conhecido como o florianismo, sendo o primeiro movimento político espontâneo da república. Floriano, o marechal de ferro, diferentemente de Deodoro, deu jeito de movimentar seus exércitos em locais estratégicos para garantir sua permanência e se desfazer de seus desafetos, entre eles Rui Barbosa que acabara fugindo para Inglaterra.

Novamente, a Marinha, em setembro de 1893, exige a convocação de novas eleições, iniciando a Segunda Revolta da Armada. Diferentemente da primeira, esta já contatava com forças federalistas que se rebelavam no Rio Grande do Sul. Custódio de Mello, Ministro da Marinha, segundo Mocellin (1989, p. 22), “tinha outras aspirações, a de ser candidato à Presidência da República na sucessão de Floriano Peixoto”. Neste momento, o almirante Saldanha da Gama, diretor da Escola Naval, entra no conflito, porém deixa aflorar suas convicções de restauração da monarquia, o que serviu como material de propaganda que Floriano utilizou para unir os republicanos, até então divididos, em defesa do regime.

Custódio de Melo embarcou para o sul, tomando Desterro (hoje Florianópolis) e Paranaguá. Seu plano era atacar o Rio de Janeiro por terra, passando pelo Paraná e São Paulo. Floriano reagiu comprando velhos navios dos Estados Unidos e Inglaterra, com os quais, sob o comando do Almirante Jerônimo Gonçalves, sufocou a revolta em 1894. Saldanha da Gama asilou-se num navio português, dando origem aos incidentes que levaram Brasil e Portugal a romperem as relações diplomáticas. (MOCELLIN, 1989, p. 24).

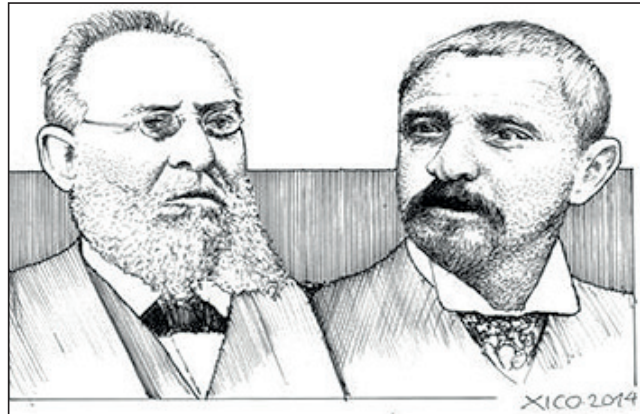
O Rio Grande em guerra

No Rio Grande do Sul, importante mencionar Gaspar Silveira Martins como o grande nome de oposição ao governo, e o grande articulador da revolução. Gaspar tinha um grande poder de convencimento e agregação em sua oratória, falava treze idiomas, foi deputado, senador e Ministro da Fazenda do Império do Brasil, sendo ainda Presidente da Província do Rio Grande do Sul, sendo exilado por Deodoro da Fonseca, quando da deposição de Dom Pedro II. Tendo sua volta permitida, Gaspar fundou o Partido Federalista. Era defensor de uma República Parlamentarista. De outro lado, Julio de Castilhos, que pertencia ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), que congregava jovens bacharéis, filhos de estancieiros influenciados por ideias republicanas e positivistas, entre eles Borges de Medeiros e Pinheiro Machado. (MOCELLIN, 1989, p. 12).

Julio Prates de Castilhos representa a terceira corrente, a dos *heterodoxos* que colocaram em prática a doutrina de Augusto Comte, de forma autoritária conforme a mentalidade da época. Ao ser implantada a República, Júlio de Castilhos adaptou as instituições governamentais no Rio Grande do Sul ao positivismo. Contrariando a Constituição Federal de 1891, a do Rio Grande do Sul transformou a Assembleia

Legislativa em orçamentária, passando o poder executivo a elaborar as leis, que na realidade eram decretos, que seriam aprovados pela opinião pública, único controle que sofreria o chefe de estado. [...] Qualquer manifestação contrária ao governo era considerada como desordem que iria atrasar a evolução natural do progresso social e econômico. Daí a celebre frase de que a questão social era caso de polícia. (FLORES, 1993, p. 97).

Figura 2. Gaspar Martis e Julio de Castilhos, lados opostos



Fonte: Disponível em: <<https://edsonolimpio.wordpress.com/page/6/>>. Acesso em: 10 maio 2016.

Estas ideias opostas acabaram acirrando os ânimos, entre pica-paus e maragatos, mesmo com o governo provisório no Rio Grande do Sul. Enfrentamentos eram pontais, e degolas já ocorriam muito antes de iniciar a revolução. Julio de Castilhos foi eleito novamente Governador do Estado em 25 de janeiro de 1893, onde contou com o apoio mesmo contrariado do Marechal Floriano Peixoto, que enfrentava a Revolta da Armada e via nos Federalistas um risco iminente à República.

Duas semanas depois da posse de Castilhos no governo do Estado, o caudilho Gumerindo Saraiva deixou seu refúgio no Uruguai e, à frente de uma tropa estimada em quinhentos homens, invadiu o Rio Grande do Sul. Um segundo grupo, comandado pelo general João Nunes da Silva Tavares, conhecido como Joca Tavares, ocupou outra região, com uma força de cerca de 3 mil homens. Acuado, o governador logo conseguiu convencer Floriano Peixoto de que o levante federalista não era apenas uma guerra de gaúchos, mas uma tentativa de restauração da monarquia chefiada por Silveira Martins. Tratava-se, portanto, de um ataque à própria República federal. A partir daí os destinos de Floriano e Castilhos estariam definitivamente interligados. (GOMES, 2013, p. 364).

A primeira invasão dos Maragatos, segundo (MOCELLIN, 1989, p. 17) foi em fevereiro de 1893 “quando os revoltosos tentaram tomar a cidade de Bagé. Iniciava-se, então, uma das mais violentas revoluções da história brasileira: a Revolução Federalista, apelidada de “Revolução da Degola”, devido ao grande número de pessoas degoladas [...]”.

Gumerindo Saraiva, via na revolução uma oportunidade separatista, e suas ações em batalhas despertaram o espanto e curiosidade de Julio de Castilhos.

É de presumir que os olhos de Julio de Castilhos fuzilhassem. Afinal, quem era esse proscrito castelhano que estava desafiando as instituições? Assessores entreolharam-se. Ninguém sabia ao certo quem ele era, mas todos conheciam suas histórias. As

histórias de Gumercindo já começavam a correr o Rio Grande. O trem que assaltou em Bagé. O curral que incendiou em Jaguarão. Os fios de telégrafo que sabotou em São Gabriel. [...] aparecia e desaparecia com uma velocidade desconcertante, desmoralizando as propostas de paz e as ofertas de garantias para os federalistas que depusessem as armas. (BONES, 1997, p. 156).

Os Federalistas avançavam em suas investidas, logo atacaram o Paraná, com planos de ocupar Curitiba para conquistar São Paulo. O governador de São Paulo e sua família fogem temendo o êxito dos federalistas. Os revolucionários ocupam a capital paranaense, e negociam uma grande quantia, a título de empréstimos de guerra para não saquear a cidade. O barão do Serro Azul, articulador do acordo com Gumercindo, acabaria sendo preso e fuzilado pelos legalistas no final da guerra, acusado de traição.

Figura 3. Encontro de Gumercindo Saraiva com Custódio de Mello em Curitiba (1893)



Fonte: Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/prova-de-fogo-republicana>>. Acesso em: 10 maio 2016.

Em março de 1894, o estado de São Paulo inicia uma contraofensiva. “Os federalistas abandonaram o Paraná. Gumercindo Saraiva partiu para o Sul, disposto a garantir, segundo afirmou, ‘pelo menos a independência do Rio Grande do Sul’”. (MOCELLIN, 1989, p. 28). Diante o recuo dos federalistas, os legalistas retomam Curitiba e Desterro, onde está última passaria a se chamar Florianópolis em homenagem a Floriano Peixoto. Neste momento é importante mencionar, o papel do governo de São Paulo no apoio ao marechal Floriano Peixoto que o manteve no poder. Pressionado, em outubro de 1893, finalmente as eleições foram realizadas, tendo Prudente de Moraes o primeiro presidente civil da república, dando início ao governo das hierarquias que viria a ser conhecida como Café com Leite, alternando os poderes entre São Paulo e Minas Gerais.

Em agosto de 1894, o maragato Gumercindo Saraiva foi morto em Carovy. O ódio que os adversários tinham do velho maragato era tanta, que logo que ficaram sabendo de sua morte, foi mandado desenterrá-lo para que fosse degolado, sendo sua cabeça levada a Julio de Castilhos, como um troféu. Ao saber da morte de seu inimigo, Julio de Castilhos publicou a seguinte nota:

Miserável! Pesada como os Andes, te seja a terra que generosamente cobre teu cadáver maldito. Caiam sobre essa cova asquerosa todas as penas concentradas das mãos que sacrificastes, das virgens que violastes, besta fera do Sul, verdugo do Rio Gran-

de... morto o bandido é preciso enterrá-lo bem fundo na execução pública, para que as exalações daquela monstruosidade humana não vão empestar as páginas da história brava desta gente gaúcha. (MOCELLIN, 1989, p. 29)

Os espólios de guerra

A Revolução Federalista termina em 23 de agosto de 1895. Segundo Gomes (2013, p. 368), “Um mês depois, todos os envolvidos foram anistiados pelo governo federal”. Silveira Martins foi para o exílio, morrendo em Montevideu em 23 de julho de 1901. Em 24 de outubro de 1903, Julio de Castilhos morre devido a um câncer na garganta. Os atores principais deixam o cenário, ocupando seu lugar na história. Julio de Castilhos deixaria seu sucessor, Borges de Medeiros que acabaria se reelegendo por quatro mandatos.

A República segue com o primeiro presidente civil, o paulista Prudente de Moraes e Barros. O marechal Floriano Peixoto não transmitiu o cargo como previa o protocolo de posse, conforme Gomes (2013, p. 375):

Em vez disso, pegou um bonde, pagou a passagem do próprio bolso e, tão sozinho quanto ao sucessor, rumou para sua modesta casa de subúrbio e se afastou por completo da vida pública. Floriano Peixoto morreu no dia 29 de junho de 1895, deixando um texto que hoje é considerado o seu testamento: A vós, que sois moços e trazeis vivo e ardente no coração o amor da pátria e da república, a vós corre o dever de ampará-la e defendê-la dos ataques insidiosos dos inimigos. Diz-se e repete-se que ela está consolidada e não corre perigo. Não vos fieis nisso, nem vos deixeis apanhar de surpresa. O fermento da restauração agita-se em uma nação lenta, mas contínua e surda. Alerta, pois!

A Revolução Federalista, conhecida como a Revolução da Degola, marcada pela extrema violência, não podemos deixar de mencionar, a fim de melhor entendimento dos atos cometidos, assim como os momentos de barbárie e irracionalidade praticados, conforme consta nos relatos coletados por Caio Túlio Prates da Silveira, apresentados em um simpósio de história em Bagé, demonstrando o exemplo da história oral que foi construída em torno do negro Adão Latorre:

‘Por dentro ou por fora! Era o brado que soltava antes de passar a lâmina afiadíssima no pescoço da vítima. Esta já manietada, com as mãos amarradas às costas, ficava de joelhos completamente submissa ao verdugo. O negrão sinistro dava uma cutucada com a faca na altura do pomo-de-adão (e por ironia, tal é o nome) e quando o infeliz numa reação instintiva levantava o queixo, ele passava de imediato a faca de orelha a orelha e ainda completava com um joelhaço na boca do estômago... ou vinha por detrás da vítima imobilizada, encostava um dos joelhos na omoplata, metia os dedos médio e indicador nas ventas do adversário ou puxava os cabelos para cima, e no que era arremetido o queixo, deixando a descoberto o pescoço, ele dava o talho firme de orelha a orelha. Por dentro, quando afiava a faca atrás da traqueia e dava um golpe seco para a frente, atorando-a, e pegando as jugulares e a carótida. Por fora, simplesmente seccionando essas veias e artérias e a traqueia, produzindo o esguicho forte de sangue, borbulhante pela mistura com o ar, e com os roncões feios e gemidos num arquejar de suprema ânsia [...] Numa estranha variação do espetáculo macabro, também ‘atendia’ a vítima de pé. E gostava de ver o pobre-diabo de mãos amarradas nas costas, ainda dar uns passos à mercê dos movimentos medulares e involuntários, até cair de borco no chão...estrebuchando... e de preferência à beira do Rio Negro ou numa sanga ou na boca de uma cova aberta pela própria vítima [...] E do crioulo maragato, com a mística do lenço vermelho popularizou-se a expressão botar a gravata colorada no pescoço do inimigo’. (BONES, 1997, p. 197).

Figura 4. Adão Latorre e a prática da degola



Fonte: Disponível em: <<http://www.guiariomafra.com.br/a-historia-de-mafra-revolucao-federalista-%E2%80%93-1%C2%AA-parte-%E2%80%9Cco-rugir-dos-canhoes%E2%80%9D>>. Acesso: 10 maio 2016.

Considerações finais

A elaboração do presente artigo foi muito gratificante no sentido de entendermos um pouco melhor o contexto do Brasil e do Rio Grande do Sul, no período que antecedeu a Revolução Federalista, assim como o seu desenrolar. Identificamos no decorrer de nossa pesquisa que a corrupção e as manobras políticas sempre estiveram presentes na história de nosso país. As sucessivas manobras e golpes que ocorreram na República, assim como no Rio Grande do Sul, mostram um desejo latente pelo poder. A crueldade e a violência foram características desta revolução, tanto de federalistas quando de legalistas. Mesmo com o término da revolução, verificamos que o governo ainda executava aqueles que eram considerados traidores da república, mesmo não sendo julgados, como foi o caso do barão do Cerro Azul. Nossa história é construída com muito sangue, intolerância, e a eterna disputa pelo poder, o que nos norteia a buscar sempre no entendimento deste passado a solução para um futuro mais próspero, social e humanitário.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

BONES, Elmar. **A cabeça de Gumercindo Saraiva**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção nacional**: 1830-1889. Vol. 2. Rio de Janeiro: objetiva, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 9. ed. São Paulo: UNESP, 2010.

FLORES, Moacyr. **Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande: FURG, 1993.

GOMES, Laurentino. **1889**: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclamação da República no Brasil. São Paulo: Globo, 2013.

GUASINA, Luiz de Senna. **Diário da Revolução Federalista**: 1893/1895. Porto Alegre: EST, 1999.

HOERNER, Valério Junior. **Maragatos**: a Revolução Federalista no Paraná e o General Gu-mercindo Saraiva. Curitiba: Juruá, 2010.

MOCELLIN, Renato. **Federalista**: a revolução da degola. São Paulo: Ed. do Brasil, 1989.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: companhia das Letras, 2015.

Artigo recebido em 15/06/16. Aceito em 18/08/16.